

**TESE DOUTORAL**

**COMPLEXIDADE TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO:  
TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA URBANIZAÇÃO NO  
LITORAL DE CAMAÇARI / BAHIA / BRASIL**

**LÉA ESTER SANDES-SOBRAL**

**UNIVERSIDADE DE BARCELONA  
BARCELONA, 2008**

# **6 CONCLUSÃO - DIALÓGICA ENTRE CENÁRIOS COMPLEXOS RESULTANTES**

O lugar é o ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está sempre se ampliando e mudando. (SANTOS, M. 2007, p. 36)



Apresentam-se neste capítulo os resultados da reflexão comparada da complexidade territorial do litoral do Município de Camaçari, a partir dos cenários construídos e da avaliação dialógica entre cenários complexos.

Para o estudo da complexidade territorial do litoral do Município de Camaçari, suas tendências e perspectivas de desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado, configuraram-se cenários, e desenharam-se estratégias, para a sustentabilidade urbana, alicerçadas no marco conceitual do desenvolvimento sustentável.

A economia e a ética estavam interligadas, desde os tempos de Aristóteles, por duas questões centrais de fundo: o problema da motivação humana – como deveríamos viver? – e a avaliação das conquistas sociais (SACHS, 2004, p. 13). As questões econômicas se tornaram preponderantes, na nossa civilização, a ponto de fazer a ética ser praticamente esquecida nas nossas relações. Sachs sugere a necessidade de aproximação da economia e da ética sem esquecer a política.

Igualdade, equidade e solidariedade estão embutidas no conceito de desenvolvimento. O desenvolvimento distinto do crescimento econômico vai além da mera multiplicação de riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas, de forma alguma, suficiente para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. O crescimento acelerado não é sinônimo de desenvolvimento das regiões, se não atenua as desigualdades sociais, reduzindo a pobreza (SACHS, 2004, p. 13).

O desenvolvimento exige um equilíbrio de sintonia fina entre as diferentes dimensões de sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável dos lugares acrescenta a dimensão ambiental à sustentabilidade social.

Para Ignacy Sachs:

[...] a sustentabilidade ambiental é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual, e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas da economia convencional. Ela nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido a custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. (SACHS, 2004, p. 13).

Para equacionar estratégias que levem ao crescimento ambientalmente benéfico e socialmente construtivo, trabalhou-se, nessa pesquisa, com os cinco pilares do desenvolvimento sustentável: social, ambiental, territorial, econômico e político.

Os cenários complexos para a orla marítima do Município de Camaçari são apresentados nas dimensões de complexidade territorial: ambiental (ecológica), econômica, política (jurídica e institucional) e social (cultural), cujo enfoque principal é a percepção do território com o conhecimento da realidade histórica, ambiental, econômica, política e social, envolvendo todos os segmentos atuantes, suas lógicas de ocupação urbana, no espaço litorâneo do Município e sua área de influência.

O cenário real complexo mostra, de um lado, a vocação para moradias e segundas residências, que se consolida através de loteamentos regulares e irregulares. De outro lado, o cenário de beleza natural da paisagem, ainda preservado, apesar da urbanização acelerada, em marcha sobre os ecossistemas costeiros da região, se constitui do grande atrativo para os investimentos do capital imobiliário e turístico metropolitano e internacional. O crescimento do comércio e dos serviços, de apoio residencial e turístico de porte metropolitano, é fator de dinamização da economia local e regional, incidindo beneficentemente no ambiente social das comunidades residentes.

O marco legal é abordado com a construção dos cenários complexos planejados através do histórico do planejamento e da gestão social do território, nas suas dimensões política, institucional, social e jurídica. A sociedade civil organizada participa do planejamento e da gestão democrática das cidades. O empoderamento local é construído por avanços das políticas públicas brasileiras, com seus instrumentos democráticos de participação social. Os direitos de cidadania são conquistados pela atuação qualificada nos órgãos colegiados, como os conselhos, comitês e fóruns ampliados, desenhando cenários consensuados para a gestão territorial.

O processo de negociação e pactuação envolvem todos os segmentos responsáveis pela construção do espaço litorâneo e seu entorno metropolitano. Os principais protagonistas são as autoridades públicas – federais, estaduais e municipais –, trabalhadores, empregadores e sociedade civil organizada.

O cenário tendencial configura a vocação para lazer e turismo da orla do Município de Camaçari, nas dimensões econômica, cultural, territorial e ambiental. Sem perder de vista o grande atrativo turístico da paisagem natural, do clima da região e da diversidade cultural, tem-se a perspectiva de desenvolvimento local e competitividade internacional desse lugar que é local e ao mesmo tempo global.

Os resultados das pesquisas, que configuram os cenários: real, planejado e tendencial são construídos nos capítulos três, quatro e cinco, desta tese. Estas pesquisas contribuíram para mostrar o contexto da ocupação urbana antiga e atual do litoral do Município, o histórico do planejamento e gestão social do território estudado, e a vocação para turismo e lazer contemporâneo desse lugar, com as tendências e perspectivas de desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado.

A identificação dos cenários real, planejado e tendencial nas dimensões da complexidade territorial foi elaborada por meio da *metodologia da construção complexa de cenários* e está sintetizada na *matriz de identificação dos cenários complexos configurados para a orla do Município de Camaçari* (Quadros 20, 37 e 42).

Os resultados obtidos nas pesquisas são relacionados em quadros comparativos, entre cenários configurados, e identificaram-se também os segmentos envolvidos e a sua localização territorial. A partir desse quadro geral, são classificados e tipificados os *cenários alternativos*, e sintetizados num *mosaico de cenários complexos alternativos na suas dimensões de sustentabilidade* (Quadro 43).

Apresentam-se como produtos importantes resultantes das pesquisas:

- A *matriz da complexidade de interação social para a responsabilidade territorial no litoral do Município e Camaçari* (Quadro 36);
- A *matriz de avaliação dialógica entre cenários complexos convergentes e divergentes para uma nova territorialidade da orla do Município de Camaçari* (Quadro 44) e;
- Os *Indicadores de Sustentabilidade Urbana - ISU*, como padrão de habitabilidade da orla de Camaçari (Quadro 21 e 45).

A metodologia utilizada para a construção da complexidade territorial constou de cinco etapas metodológicas sintetizadas no Quadro 02.

## 6.1 ETAPA I – CONSTRUÇÃO COMPLEXA DE CENÁRIOS CONFIGURADOS PARA A ORLA DE CAMAÇARI: REAL, PLANEJADO E TENDENCIAL

A primeira etapa identificou os cenários: real, planejado e tendencial e responde as perguntas iniciais da pesquisa:

1. Como está sendo construído este território? Como era esse lugar? Como está atualmente? Qual a tendência de ocupação territorial da orla de Camaçari?
2. Como ele está sendo planejado? Qual o papel das políticas públicas no desenvolvimento local com inclusão social?
3. Quais os segmentos que interagem na produção do espaço? Quem são os agentes que decidem pelos cenários destrutivos que geram riscos para a perda da qualidade de vida urbana ambiental? Quem são os agentes que apostam nos cenários construtivos cujos efeitos oportunizam um pacto territorial melhor para todos?
4. Qual o pacto territorial com inclusão social possível? Quais os conflitos existentes entre os agentes que produzem esse espaço?
5. Qual o nosso desejo de orla marítima? Qual a vocação da orla de Camaçari?
6. Como alcançar um desenvolvimento local e regional melhor para todos? Quais os cenários possíveis e desejáveis para o futuro desse lugar que é local e global? Quais os efeitos e as implicações dos cenários alternativos sustentáveis no modelo de ocupação territorial?
7. Qual a lógica existente nos setores: público, social e privado na construção do espaço melhor para todos.

O levantamento de quais são os cenários possíveis configurados, para o território estudado, estão sintetizados no final de cada capítulo da pesquisa, através da *matriz de identificação dos cenários complexos configurados* (Quadros 20, 37 e 42) e respondem também as perguntas de quem são os segmentos atuantes na produção desse espaço e onde se localizam territorialmente.

QUAIS SÃO OS CENÁRIOS?

QUEM ATUA?

ONDE SE LOCALIZA?

Expõe-se o contexto do território na conjuntura econômica, nacional, metropolitana e intra-urbana, focando a história, a evolução urbana das localidades, o ambiente de beleza natural e a dinâmica de ocupação urbana contemporânea, com a tipologia habitacional predominante – de loteamentos residenciais –, implantada no espaço litorâneo do Município de Camaçari (Capítulo 3 Cenário Real e Quadro 20).

O cenário real complexo da orla de Camaçari configura a complexidade territorial. Representou-se sinteticamente através do diagrama relacionado anteriormente pela Figura 24.

O desenvolvimento político do território é abordado pelo histórico do planejamento – o marco regulatório - e a aplicação das políticas públicas participativas para o planejamento e a gestão democrática das cidades. O empoderamento da sociedade civil, e a interação dos diversos segmentos atuantes na produção do espaço litorâneo de Camaçari, e sua área de influência metropolitana, são mostrados através dos modernos instrumentos de controle do território com a participação social. Como a experiência com o processo de discussão do Plano Diretor de Salvador e da formação do Comitê das Bacias Hidrográficas da Região do Recôncavo Norte da Bahia com a participação da sociedade civil organizada (Capítulo 4 – Cenário Planejado e Quadro 37).

A partir da identificação dos segmentos atuantes nas instâncias de representação da sociedade civil organizada, e dos gestores públicos, responsáveis pelo planejamento e gestão das cidades, obteve-se a *matriz da complexidade de interação social para a responsabilidade territorial no litoral do Município de Camaçari* (Quadro 36), que relaciona e sintetiza a atuação dos agentes intervenientes na construção do espaço litorâneo do Município de Camaçari.

Respondem-se aqui as perguntas iniciais da tese, com a identificação do leque de organizações legalmente constituídas: Quem participa da produção do espaço litorâneo e da sua área de influência? Quais seus níveis de abrangência?

As relações são estabelecidas entre os segmentos público, privado e social. No âmbito dos poderes públicos *constituídos* – federal, estadual e municipal –, os segmentos são representados pelos agentes públicos, que interferem e tomam decisões nas instâncias

correspondentes. A participação social, nas decisões do destino das cidades e no seu desenvolvimento, tem sido pelos movimentos populares organizados, e, mais recentemente, pelos seus instrumentos de poder e participação – os órgãos colegiados.

A complexidade da paisagem social urbana configura redes sociais, que articulam interesses da população e o governo local. A governança local se dá através ampliação do poder local das diversas instituições e organizações instituídas. O empoderamento da sociedade civil organizada, com o fortalecimento dos órgãos colegiados – conselhos, fóruns, conferências e comitês –, configura a *dimensão espacial do poder local*. Essa *nebulosa social* tem se expandido, cada vez mais, a partir dos avanços democráticos, na aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão social, da legislação brasileira.

A iniciativa privada tem realizado parcerias, e transita facilmente, a depender da sua lógica de apropriação do espaço, e seus interesses específicos, pactuando territorialmente, ora com o poder público, ora com a sociedade civil.

Os pactos territoriais e agendas negociadas estão em curso no território, envolvem todos os protagonistas atuantes, desde o âmbito local do espaço litorâneo do Município e seu entorno metropolitano, até o âmbito das relações nacionais, internacionais e planetária.

A *rede de sustentabilidade urbana* com suas interações e conexões incidentes reflete a diversidade socioterritorial, e a força política, de cada segmento atuante, na construção complexa do espaço social, com suas relações de poder correspondente.

No entanto, estas relações são muito dinâmicas e se renovam constantemente, de nenhum modo, se esgotam no escopo dessa pesquisa. As atualizações e a incorporação de novos parceiros e interlocutores, refletidos na *matriz da complexidade de interação social para a responsabilidade territorial*, são contínuas e acompanham a vida política e econômica do País.

As conquistas dos movimentos sociais se rebatem no espaço de concertação nacional, e são influenciadas pelo modelo econômico, homogêneo, do mundo globalizado que vivemos. Os resultados obtidos, pelos cenários complexos planejados, mostram que existe uma vinculação entre a dimensão espacial do poder e os instrumentos de planejamento e gestão urbana.

O espaço social, enquanto *território*, ou seja, o espaço definido a partir das relações de poder e das diversas *territorialidades*, entendido aqui como os vários tipos de organização e estrutura territorial, tem destaque na pesquisa empreendida, e confirma o viés da *dimensão espacial do poder*, revelando sua importância política no planejamento e gestão urbana das cidades contemporâneas.

A vocação para o turismo e lazer contemporâneo da orla de Camaçari é evidenciada pelo poder de atração turística que tem o clima e a frequência às praias do litoral do Município.

As perspectivas para o desenvolvimento territorial através do turismo sustentável, do ecoturismo, do turismo de aventura, e das vantagens competitivas, do espaço litorâneo, atraem investimentos do capital turístico hoteleiro e imobiliário – turismo residencial ou de segundas residências –, de âmbito metropolitano e internacional.

As tendências homogeneizantes do lazer e entretenimento contemporâneos, com mudanças de hábitos – incorporação da identidade urbana como padrão cultural exógeno –, com perda da diversidade cultural local, se reflete na ocupação territorial. Outra questão tratada no contexto socioespacial é a apropriação dos espaços públicos de lazer contemporâneo, como as praias com interferência no equilíbrio dos biomas costeiros e marinhos.

O cuidado que se deve ter, para que esse lugar continue sendo o paraíso contemporâneo, com atividades socioeconômicas ambientalmente benéficas para o desenvolvimento territorial, pressupõe uma tendência geral de respeito e controle da expansão do Vetor Norte do litoral baiano, seja para urbanização turística, lazer ou moradia (Capítulo 5 – Cenário tendencial e Quadro 42).

## 6.2 ETAPA II – MOSAICO DE CENÁRIOS COMPLEXOS ALTERNATIVOS NAS SUAS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE

Os cinco pilares do desenvolvimento sustentável para Sachs (2004, p. 15) são:

1. Social – fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;

2. Ambiental – com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
3. Territorial – relacionado a distribuição espacial dos recursos, das populações e atividades;
4. Econômico – sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
5. Político – a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem.

Os cenários são classificados segundo as dimensões de sustentabilidade, identificando as relações existentes e os resultados esperados para cada cenário configurado com seu foco predominante de complexidade territorial, baseado no Quadro 03. Os cenários configurados são avaliados pelas dimensões de sustentabilidade.

A segunda etapa constituiu-se da construção complexa de cenários configurados sustentáveis e insustentáveis. Está sintetizada no *mosaico de cenários complexos alternativos nas suas dimensões de sustentabilidade*, e expressa as relações existentes na complexidade territorial no litoral de Camaçari (Quadro 43).

**Quadro 43:** Mosaico de cenários complexos alternativos nas suas dimensões de sustentabilidade

No.	Dimensões de sustentabilidade	Cenários configurados	Segmentos envolvidos	Localização territorial	Tipo de cenário
1	POLÍTICA	Planejamento até a década de 80 de responsabilidade do poder público sem interferência da sociedade civil organizada.	Poder público federal, estadual e municipal	Estado e Município	planejado insustentável
2	POLÍTICA ECONÔMICA SOCIAL TERRITORIAL AMBIENTAL	Avanço contínuo e inexorável da ocupação humana com destruição da vegetação, dos mananciais e degradação acelerada dos ecossistemas costeiros, com o adensamento e a ocupação dos vazios urbanos ainda existentes no litoral de Camaçari, tanto por empreendimentos de alta renda, como por invasões de baixa renda em áreas protegidas.	Todos os segmentos	APAs	planejado insustentável
3	POLÍTICA ECONÔMICA SOCIAL TERRITORIAL AMBIENTAL	Conflito de interesses instalado	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado insustentável
4	POLÍTICA INSTITUCIONAL SOCIAL	Pouca efetividade dos organismos gestores de participação e controle social	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado insustentável
5	INSTITUCIONAL	Modernização institucional através da legislação e suas normas de regulamentação do território	Poder público federal, estadual e municipal	Município, Estado e União	planejado sustentável
6	INSTITUCIONAL	Modernização institucional através da legislação e suas normas de regulamentação do território municipal, estadual e nacional.	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
7	POLÍTICA	Conquista da cidadania através da implementação das políticas públicas brasileiras	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
8	POLÍTICA ECONÔMICA SOCIAL TERRITORIAL AMBIENTAL	Aplicação da legislação com diálogo necessário entre gestores públicos e os agentes intervenientes na produção do espaço litorâneo.	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável

9	POLÍTICA ECONÔMICA SOCIAL TERRITORIAL AMBIENTAL	Complexidade do cenário global configura os cenários complexos locais, e os cenários complexos locais configuram a complexidade do cenário global.	Todos os segmentos	Nações e municípios	planejado sustentável
10	POLÍTICA ECONÔMICA SOCIAL TERRITORIAL AMBIENTAL	Desenvolvimento local democrático com a gestão social dos recursos ambientais através da legislação do Estado da Bahia com a implementação dos instrumentos legais como conselhos, comitês e fundos.	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
11	POLÍTICA ECONÔMICA SOCIAL TERRITORIAL AMBIENTAL	Desenvolvimento local e regional com diversidade social e complexidade territorial	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
12	POLÍTICA ECONÔMICA SOCIAL TERRITORIAL AMBIENTAL	Globalização e desenvolvimento local	Todos os segmentos	Nações e municípios	planejado sustentável
13	POLÍTICA ECONÔMICA SOCIAL TERRITORIAL AMBIENTAL	Necessidade de gestão social integrada na aplicação e articulação das Políticas Públicas Nacionais	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
14	POLÍTICA INSTITUCIONAL SOCIAL	Conquista da cidadania política através da implementação das políticas públicas brasileiras.	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
15	POLÍTICA INSTITUCIONAL SOCIAL	Interação da rede de sustentabilidade urbana através da formalização dos organismos gestores das políticas públicas constituindo um espaço contemporâneo socialmente construído.	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
16	POLÍTICA INSTITUCIONAL SOCIAL	Efetiva participação social na elaboração dos planos diretores, embora, com processo institucional moroso para a sua	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
17	POLÍTICA INSTITUCIONAL SOCIAL TERRITORIAL	Necessidade de interação entre as políticas públicas participativas e seus instrumentos de gestão social rebatidos territorialmente na construção complexa e multidimensional do território.	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
18	POLÍTICA INSTITUCIONAL SOCIAL TERRITORIAL TECNOLÓGICA	Arcabouço político-institucional e jurídico existentes no País, se reflete nas condições de sustentabilidade da qualidade de vida urbana, com a necessidade de articulação e integração entre as políticas públicas locais, regionais, setoriais e nacionais.	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
19	POLÍTICA INSTITUCIONAL SOCIAL TERRITORIAL TECNOLÓGICA	Instrumento democrático de interação social – Comitês e Conselhos – como espaço político-institucional de diálogo das relações sustentáveis na construção da cidadania.	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
20	POLÍTICA INSTITUCIONAL SOCIAL TERRITORIAL TECNOLÓGICA	Interação social, entre os protagonistas, que intervém na construção do espaço litorâneo de Camaçari constituindo-se de uma rede de sustentabilidade urbana com estímulo a melhoria dos indicadores de qualidade de vida urbana e fortalecimento político da sociedade civil organizada.	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
21	POLÍTICA INSTITUCIONAL SOCIAL TERRITORIAL TECNOLÓGICA	Necessidade de tecnologias sociais e metodologias participativas para ampliação da representatividade e da participação social na aplicação dos instrumentos legais de gestão e planejamento do território .	Sociedade civil organizada	União, Estado e Município	planejado sustentável
22	POLÍTICA SOCIAL TERRITORIAL	Planejamento com inclusão territorial e participação cidadã no desenvolvimento local e gestão de cidades democráticas.	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
23	POLÍTICA SOCIAL TERRITORIAL	Planejamento da gestão social no Município de Camaçari através da legislação incidente no território pesquisado.	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
24	POLÍTICA SOCIAL TERRITORIAL	Responsabilidade social com a participação cidadã a partir da década de 80.	Movimentos sociais	União, Estado e Município	planejado sustentável

25	POLÍTICA SOCIAL TERRITORIAL AMBIENTAL	Implementação democrática das políticas públicas brasileiras participativas	Todos os segmentos	União, Estado e Município	planejado sustentável
26	SOCIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Governança local e empoderamento da sociedade civil	Sociedade civil organizada	União, Estado e Município	planejado sustentável
27	AMBIENTAL ECOLÓGICA TERRITORIAL	Sérios riscos ambientais	Poder público, privado e sociedade civil	Unidades de conservação – APAs, Parque das Dunas de Abrantes	real insustentável
28	AMBIENTAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA	Altos e baixos padrões de sustentabilidade urbana	Poder público, setor privado e social	Litoral Norte da Bahia	real insustentável
29	AMBIENTAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA	Pobreza urbana intensa	Moradores dos domicílios das nucleações urbanas	Invasões, loteamentos irregulares, nucleações urbanas e comunidades tradicionais	real insustentável
30	AMBIENTAL TERRITORIAL	Adensamento e fragmentação do território, mancha urbana linear, descontínua e pulverizada	Todos os segmentos	Litoral de Camaçari	real insustentável
31	AMBIENTAL TERRITORIAL	Ocupação urbana contemporânea acelerada – período II	Veranistas, turistas, moradores, trabalhadores	Loteamentos aprovados, e irregulares, condomínios, grupos de casas e invasões	real insustentável
32	AMBIENTAL TERRITORIAL	Ocupação urbana contemporânea acelerada consolidada, – período III	Veranistas, turistas, moradores, trabalhadores	Litoral de Camaçari	real insustentável
33	AMBIENTAL TERRITORIAL	Ocupação urbana contemporânea conflitante período I	Veranistas, turistas, moradores, trabalhadores	Núcleos urbanos e povoados, comunidade tradicionais, loteamentos	real insustentável
34	ECOLÓGICA	Degradação urbano ambiental	Agentes imobiliários, moradores e usuários	Espaço territorial da orla de Camaçari	real insustentável
35	SOCIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Diversidade de agentes interagindo de forma desarticulada e não integrada entre si	Poder público, setor privado e social	Orla de Camaçari	real insustentável
36	AMBIENTAL CULTURAL SOCIAL TERRITORIAL	Preservação da diversidade da cultura local	Quilombolas, hippies, pescadores, moradores das comunidades e povoados	Aldeia Hippie, Cordoaria, Machadinho, Arembepe, Vila de Abrantes, Jauá	real sustentável
37	AMBIENTAL CULTURAL TERRITORIAL	Patrimônio histórico nacional com preservação do sítio arqueológico histórico ambiental	Poder público municipal, estadual e federal	Distrito de Abrantes	real sustentável
38	AMBIENTAL ECOLÓGICA ECONÔMICA TERRITORIAL	Ecoturismo e Turismo de Aventura	Turistas, moradores locais, empresários, poder público	Barra do Pojuca	real sustentável
39	AMBIENTAL ECOLÓGICA ECONÔMICA TERRITORIAL	Turismo Náutico.	Turistas, moradores, empresários, poder público	Barra do Jacuípe	real sustentável
40	AMBIENTAL ECOLÓGICA ECONÔMICA TERRITORIAL	Turismo residencial	Empresários, hoteleiros	Resorts, condomínios e loteamentos de alta renda	real sustentável
41	AMBIENTAL ECOLÓGICA TERRITORIAL	Porto natural de pesca, praia, veraneio e turismo	Veranistas, moradores, turistas, pescadores	Arembepe	real sustentável
42	AMBIENTAL ECOLÓGICA TERRITORIAL	Tranquilidade, apazibilicidade, pouca ocupação, beleza e distante.	Poder público, privado e sociedade civil	Orla antiga	real sustentável

43	AMBIENTAL ECOLÓGICA TERRITORIAL INSTITUCIONAL	Multiplicidade de unidades territoriais de planejamento	Poder público, setor privado e social	APAs, corredor ecológico, bacias hidrográficas, setores censitários,	real sustentável
44	AMBIENTAL TERRITORIAL	Ocupação urbana antiga não conflitante - período antigo	Moradores, pescadores, agricultores, marisqueiras	Núcleos urbanos e povoados, comunidade tradicionais	real sustentável
45	ECOLÓGICA	Beleza natural preservada	Poder público, privado e sociedade civil	paisagem natural da orla de Camaçari com seus ecossistemas	real sustentável
46	ECOLÓGICA	Grande valor paisagístico	Poder público, privado e sociedade civil	Lagoas e rios Joanes, Jacuipê e Pojuca	real sustentável
47	ECONÔMICA	Concentração de comércio e serviços de âmbito municipal	Comerciantes, empresários, comunidade, moradores locais	Arembepe	real sustentável
48	ECONÔMICA	Concentração de comércio e serviços de apoio metropolitano	Empresários, comerciantes e moradores	Vila de Abrantes	real sustentável
49	ECONÔMICA	Concentração de comércio e serviços de porte médio	Comerciantes, empresários, comunidade	Guarajuba	real sustentável
50	ECONÔMICA	Pólo de Hospedagem.	Turistas, moradores, empresários, poder público	Itacimirim	real sustentável
51	AMBIENTAL ECOLÓGICA CULTURAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Privatização dos espaços públicos	Poder público, empresários, comerciantes	RMS	tendencial insustentável
52	AMBIENTAL ECOLÓGICA CULTURAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Urbanização acelerada, degradação e poluição ambiental, turismo de massa e lazer intensivo	Todos os segmentos	Orla	tendencial insustentável
53	AMBIENTAL ECOLÓGICA CULTURAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Urbanização das areias das praias com proliferação das barracas de praia e degradação	Poder público, empresários, comerciantes	Areias das praias	tendencial insustentável
54	AMBIENTAL SOCIAL ECONÔMICA	Baixa produtividade pesqueira	pescadores	Ecossistema marinho	tendencial insustentável
55	AMBIENTAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA	Alta densidade ocupacional, muita degradação, agitação indesejada e perda do padrão estético de beleza paisagística.	Todos os segmentos	Orla futura	tendencial insustentável
56	AMBIENTAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Conurbação e favelização	Empresários, comerciantes, poder público	Ao longo da Estrada do Coco	tendencial insustentável
57	POLÍTICA ECONÔMICA SOCIAL TERRITORIAL AMBIENTAL	Cenário futuro de aquecimento global	Todos os segmentos	Nações e municípios	tendencial insustentável
58	POLÍTICA ECONÔMICA SOCIAL TERRITORIAL AMBIENTAL	Cenário prospectivo mundial insustentável	Todos os segmentos	Nações e municípios	tendencial insustentável

59	AMBIENTAL CULTURAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Turismo de eventos de grande porte	Poder público, empresários, comerciantes	Município e RMS	tendencial sustentável
60	AMBIENTAL ECOLÓGICA CULTURAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Desenvolvimento do turismo sustentável, lazer e entretenimento	Todos os segmentos	Orla	tendencial sustentável
61	AMBIENTAL ECOLÓGICA CULTURAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Vocação para turismo, lazer e ecoturismo	Todos os segmentos	Orla	tendencial sustentável
62	AMBIENTAL ECOLÓGICA CULTURAL SOCIAL TERRITORIAL ECONÔMICA POLÍTICA INSTITUCIONAL	Desenvolvimento local com a urbanização turística.	Todos os segmentos	Orla	tendencial sustentável
63	AMBIENTAL ECOLÓGICA CULTURAL SOCIAL TERRITORIAL ECONÔMICA POLÍTICA INSTITUCIONAL	Lazer e turismo integrado a hotéis- <i>resorts</i>	Todos os segmentos	Orla	tendencial sustentável
64	AMBIENTAL ECOLÓGICA CULTURAL SOCIAL TERRITORIAL ECONÔMICA POLÍTICA INSTITUCIONAL	Pólo receptivo de turismo internacional com a implantação de <i>resorts</i> e segundas residências.	Todos os segmentos	Orla	tendencial sustentável
65	AMBIENTAL ECOLÓGICA CULTURAL SOCIAL TERRITORIAL ECONÔMICA POLÍTICA INSTITUCIONAL	Redes e fluxos sociais na construção do espaço público de lazer contemporâneo.	Todos os segmentos	Orla	tendencial sustentável
66	AMBIENTAL ECOLÓGICA CULTURAL SOCIAL TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Gestão urbana do ambiente natural e construído	Todos os segmentos	Orla	tendencial sustentável
67	AMBIENTAL ECOLÓGICA SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Orla preservada nos seus ecossistemas e pouco impactada pelas atividades de turismo e serviços a serem implantados.	Todos os segmentos	Orla futura	tendencial sustentável
68	AMBIENTAL ECOLÓGICA SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Praias e ecossistemas preservados, poluição controlada, pacto de não agressão territorial e ambiental.	Todos os segmentos	Orla	tendencial sustentável
69	AMBIENTAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Controle ambiental severo com ordenamento do uso e ocupação do solo e gestão democrática do ambiente.	Poder público	Ecossistema costeiro	tendencial sustentável

70	AMBIENTAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Democratização dos espaços de lazer	Poder público, empresários, comerciantes	Município	tendencial sustentável
71	AMBIENTAL SOCIAL ECONÔMICA TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Nova Territorialidade	Todos os segmentos	Faixa litorânea	tendencial sustentável
72	ECONÔMICA	Concentração de abastecimento alimentar e de comércio e serviços de porte médio	Comerciantes, agricultores, empresários e comunidade	Monte Gordo	tendencial sustentável
73	ECONÔMICA	Corredor de Comércio e Serviços	Comerciantes, empresários, comunidade	ao longo da Estrada do Coco.	tendencial sustentável
74	ECONÔMICA SOCIAL CULTURAL TERRITORIAL	Desenvolvimento da indústria do carnaval e de eventos de rua	Moradores, turistas, veranistas, comerciantes, empresários	RMS	tendencial sustentável
75	ECONÔMICA SOCIAL CULTURAL TERRITORIAL	Dinamização da economia informal local	Moradores, turistas, veranistas	Orla	tendencial sustentável
76	SOCIAL TERRITORIAL POLÍTICA INSTITUCIONAL	Novas relações de poder através dos instrumentos legais: comitês, conselhos gestores e fundos	Todos os segmentos	Município, Estado e União	tendencial sustentável

**Fonte:** Elaboração própria.

### 6.3 ETAPA III – CONFIRMAÇÃO OU NÃO DAS HIPÓTESES

A terceira etapa permite a demonstração da confirmação ou não das duas hipóteses propostas para esta pesquisa. Consideram-se os vários cenários alternativos, e se classifica conforme a situação de deterioração ou melhoria do modelo de desenvolvimento urbano existente nas hipóteses e premissas estabelecidas, ou seja, *worst case* cenário – destrutivo ou insustentável –, e *best case* cenário – construtivo ou sustentável.

As duas hipóteses propostas nesta tese são as seguintes:

**HIPÓTESE 1 – destrutiva – negativa – insustentável.** As intervenções públicas e privadas implantadas no Litoral Norte da Bahia configuram um modelo de desenvolvimento local descomprometido com a sustentabilidade urbana ambiental e a qualidade de vida da população. A orla marítima do Município de Camaçari não será mais um lugar paradisíaco, caso continue com este processo de urbanização acelerada, perdendo sua vocação para moradia, lazer e turismo.

HIPÓTESE 2 – construtiva – positiva – sustentável. As ações implementadas na orla marítima de Camaçari configuram um cenário complexo de uma nova cidade do Litoral Norte do Estado da Bahia, com uma nova territorialidade: um contínuo metropolitano, globalizado, competitivo, compartimentado, plurifuncional, complexo e sustentável.

O estabelecimento de duas hipóteses a serem testadas, e premissas para inferir a tendência geral provável da sustentabilidade do modelo de ocupação territorial, e da vocação para moradia, turismo e lazer da orla, são confirmadas. As duas hipóteses de diferentes naturezas e antagônicas entre si são levadas em conta, pressupondo escolhas entre diversas alternativas mutuamente excludentes. As várias lógicas existentes entre cenários sustentáveis e insustentáveis e a complexidade territorial é representada por um *mosaico de cenários complexos alternativos* que mostra a diversidade encontrada nesse lugar e as relações de convivência conflituosas ou não.

O *mosaico de cenários complexos alternativos* propõe duas alternativas prováveis, um modelo de ocupação do território sustentável e outro modelo de ocupação insustentável. Para a confirmação das hipóteses, agruparam-se os cenários em dois tipos: os cenários sustentáveis confirmam a hipótese 2, e os cenários insustentáveis, destacados no Quadro 43, confirmam a hipótese 1.

#### 6.4 ETAPA IV – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DIALÓGICA ENTRE CENÁRIOS COMPLEXOS CONFLITANTES – CONVERGENTES E DIVERGENTES – PARA UMA NOVA TERRITORIALIDADE DA ORLA DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI

A quarta etapa calibra os cenários complexos alternativos conforme as particularidades locais. Estabelece a *dialógica entre cenários complexos conflitantes – convergentes e divergentes*. Deve-se levar em conta o efeito dos fatores contingenciais e previsíveis, gerais e específicos nas escalas: global, nacional, regional, metropolitana e local – intra-urbana.

Certamente, os impactos positivos e negativos na estrutura urbana têm efeitos catalisadores/potencializadores – benéficos, ou neutralizadores/retardadores – destrutivos –, assim como as tendências gerais e específicas para uma *Nova Territorialidade para Orla de Camaçari*.

A avaliação dialógica entre cenários complexos conflitantes pressupõe estratégias e ações desejáveis para o desenvolvimento local e regional com melhoria da qualidade de vida da população. Ela identifica os elementos transformadores e intervenientes na produção do espaço contemporâneo. Portanto, ao inferir os impactos positivos ou negativos de cada cenário reflete-se o grau de risco e de potencialidade existentes no modelo de ocupação urbana contemporânea do litoral do Município de Camaçari, exibindo suas fragilidades a continuar com a mesma lógica conflituosa em curso na construção do território.

Esta análise responde aos objetivos propostos para esta tese que são:

- 1. Analisar os elementos transformadores e intervenientes na urbanização contemporânea do litoral do Município de Camaçari;*
- 2. Identificar os segmentos representativos da produção do espaço urbano e suas lógicas na construção da gestão social do território pesquisado;*
- 3. Caracterizar através da construção dialógica de cenários complexos a existência ou não de conflitos entre as diversas visões presentes no território;*
- 4. Identificar os impactos gerados pelo modelo de uso e ocupação do solo em curso na zona litorânea municipal;*
- 5. Identificar qual a vocação da orla de Camaçari.*

A partir da construção do mosaico de cenários complexos alternativos, para a orla de Camaçari procedeu-se a reflexão dialógica das estratégias desejáveis, nas suas dimensões de sustentabilidade. Desse modo, emergem as cinco estratégias desejáveis para o desenvolvimento do território pesquisado:

- 1. Modelo de ocupação territorial sustentável;*
- 2. Sustentabilidade do padrão de qualidade de vida urbana;*
- 3. Desenvolvimento sustentável;*
- 4. Inclusão social;*
- 5. Implementação das políticas públicas participativas.*

A seguir, apresenta-se a *matriz de avaliação dialógica entre cenários complexos alternativos – convergentes e divergentes – para uma nova territorialidade da orla do Município de Camaçari* (Quadro 44).

**Quadro 44:** Matriz de avaliação dialógica entre cenários complexos convergentes e divergentes para uma nova territorialidade da orla do Município de Camaçari.

Estratégias desejáveis	Dimensões de sustentabilidade	Cenários conflitantes - convergentes e divergentes	Ações em curso no litoral do Município de Camaçari	
			Riscos / impactos negativos	Potencialidades / impactos positivos
<b>1.</b> <b>MODELO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL</b>	territorial	ocupação contemporânea com urbanização consolidada e tipologia predominante de 2ª. residência	fragmentação do território, mancha urbana linear, descontinua e pulverizada, urbanização acelerada, multiplicidade de unidades territoriais de planejamento	novo modelo de cidade linear, nova territorialidade, complexo metropolitano
	ambiental	beleza natural preservada em alguns trechos	impactos na biodiversidade, colapso dos ecossistemas costeiros e marinhos no curto prazo; avanço contínuo e inexorável da ocupação humana c/ destruição da vegetação e mananciais, degradação acelerada dos ecossistemas costeiros c/ adensamento de Unidades de Conservação	tranquilidade, apazibilização, pouca ocupação em alguns trechos do litoral, lazer de praia e veraneio, ecoturismo, turismo nacional e internacional de 2ª residências, preservação dos biomas costeiros e marinhos, sítio ecológico – local de desova das tartarugas marinhas
	econômica	crescimento econômico	reprodução da pobreza urbana nas franjas das metrópoles, pressão do capital imobiliário no bioma costeiro e marinho	expansão de comércio e serviços de apoio metropolitano com geração de trabalho e renda para as populações residentes
	social	pressões demográficas	exclusão social nos loteamentos irregulares e invasões; pobreza urbana; não integração dos loteamentos residenciais com os assentamentos populares e localidades;	porto de pesca natural, emprego e renda para a população local e metropolitana nos loteamentos e comércio local, trabalho nos serviços de apoio ao turismo
	política	tipologia construtiva predominantemente residencial	moradias de tipologias variadas, com modelo físico territorial segregador e socialmente excludente, modelos de padrões típicos dos contextos urbanos, que denotam descompasso nos ambientes de lazer de praia,	diminuição do déficit habitacional existente no país e na região; mancha de ocupação habitacional contígua otimizando a infraestrutura existente. Globalização e competitividade com investimentos internacionais em 2ª residências.
<b>2.</b> <b>SUSTENTABILIDADE DE DO PADRÃO DE QUALIDADE DE VIDA URBANO</b>	territorial	alta densidade ocupacional, carência de infraestrutura urbana, conurbação do eixo rodoviário metropolitano	perda do padrão estético de beleza paisagística, pouca valorização da qualidade urbana ambiental; ocupação dos vazios urbanos ainda existentes no litoral de Camaçari, tanto por empreendimentos de alta renda, como por invasões de baixa renda em áreas protegidas.	otimização dos indicadores de qualidade de vida urbano ambiental
	ambiental	grande valor paisagístico, patrimônio histórico ambiental e arqueológico	pouca responsabilidade ambiental da população, carência de serviços e equipamentos urbanos	planejamento e gestão social do ambiente com inclusão territorial e participação cidadã no desenvolvimento local, disseminação da educação ambiental
	econômica	grandes investimentos do capital imobiliário e turístico na região	privatização dos espaços públicos; insustentabilidade econômica no médio prazo	otimização da infraestrutura urbana
	social	favelização do padrão habitacional	vulnerabilidade sócio-ambiental; agitação indesejada, poluição, pólo gerador de tráfego, mudanças climáticas	espaços de convivência, resgate da cidadania, democratização dos espaços de lazer contemporâneo
	política	governança local com participação democrática na gestão social do ambiente para todos os segmentos atuantes no território	novos parâmetros urbanísticos de qualidade mais baixa e índices de ocupação mais altos	leis ambientais e instrumentos legais com novos parâmetros de sustentabilidade urbano ambiental e melhoria do padrão de qualidade de vida da população

3. <b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	territorial	degradação e poluição ambiental, impactos na infra-estrutura urbana,	atividades e empreendimentos de comércio e serviços não apropriados para um ambiente natural; com grande concentração de público gerando acúmulo de lixo e falta de condições de higiene e saúde pública.	dinamização da economia informal local
	ambiental	Ocupação urbana das areias das praias com bares e comércio informal, ocupação densa e agressiva por barracas de praia	degradação privatização de espaços públicos, poluição sonora e olfativa acima nos níveis permitidos e toleráveis pelos seres humanos e alguns animais; conflitos com os aspectos da proteção dos recursos naturais e a preservação dos atributos estéticos e paisagísticos do meio ambiente natural	proteção ambiental com fiscalização dos limites de carga e ocupação dos ecossistemas costeiros e marinhos
	econômica	atividades degradadoras do ambiente natural e construído	pólo gerador de tráfego; conurbação e favelização; insustentabilidade do modelo de ocupação, baixa produtividade pesqueira	melhoria dos níveis de emprego e renda da população, desenvolvimento global e local., acordos internacionais otimistas como a produção de energias alternativas: biocombustíveis, solar e eólica, estímulo a atividades turísticas de porte internacional com competitividade global e regional
	social	desenvolvimento local e regional sustentável com diversidade social e complexidade territorial	Impacto no território – gera a perda da qualidade de vida urbano-ambiental	inclusão social com o dinamização da economia informal , geração de emprego e renda para as comunidades locais; quilombolas, hippies, pescadores – etnodesenvolvimento, diversidade cultural, diminuição da pobreza urbana; estímulo ao comércio informal; crescimento do comércio de apoio residencial e turístico; preservação da cultura local com valorização das raízes africanas e indígenas; estímulo a culturas alternativas anti-globalizantes
	política	modernização institucional através da legislação e suas normas de regulamentação do território	desrespeito aos padrões mínimos de controle ambiental permitidos por lei (decibéis detritos; poluição hídrica pela contaminação das águas subterrâneas ).	áreas protegidas pela legislação das APAs e seu zoneamento ecológico econômico
4. <b>INCLUSÃO SOCIAL</b>	territorial	vocação para turismo e lazer contemporâneo	turismo de massa e lazer intensivo incompatíveis com o desenvolvimento local/ regional	ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, pólo de hotelaria internacional, implantação de <i>resorts</i> , democratização dos espaços de lazer,
	ambiental	homogeneização da indústria cultural: carnaval, festas populares, religiosas	perda da diversidade cultural, impactos na biodiversidade e nas mudanças climáticas nos hábitos da comunidade	valorização da cultura local, pacto de não agressão territorial, ambiental e cultural, democratização dos espaços públicos de lazer contemporâneo
	econômica	turismo sustentável com praias e ecossistemas preservados, poluição controlada. Turismo internacional	atratividade para investimentos internacionais com capital privado imobiliários e competição entre cadeias hoteleiras internacionais com regras e condições de mercado perversas para o perfil da comunidade local – exclusão social pelo nível de qualificação	desenvolvimento sustentável do turismo , trabalho e renda para a população local e regional no pólo de hospedagem, turismo náutico e veraneio. Turismo de Inclusão. Ativação da cadeia produtiva promovendo a justiça social.

	social	conquista da cidadania através da implementação das políticas públicas brasileiras	degradação social da comunidade, culturas exógenas desigualdade e injustiça social pela exclusão territorial e pela pobreza	desenvolvimento local/regional com diversidade social e complexidade territorial, capacitação e qualificação para as atividades de apoio ao turismo
	política	globalização e desenvolvimento local	violência urbana, terrorismo internacional	orla pouca impactada pelas atividades de turismo e lazer
<b>5. IMPLEMEN- TAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARTICIPATI- VAS</b>	territorial	novas tecnologias produtivas e sociais inclusivas, sustentáveis e includentes	impotência dos gestores públicos no efetivo controle e fiscalização das imensas áreas do território nacional.	interação entre as políticas públicas e seus instrumentos de gestão social debatidos territorialmente nas unidades espaciais de planejamento e gestão territorial; representatividade territorial dos movimentos sociais
	ambiental	instrumentos de participação social	políticas internacionais perversas e os acordos entre nações mundiais afetam as redes de sustentabilidade local	desenvolvimento local com iniciativas parceiras para a gestão democrática do espaço urbano ambiental com estímulo às atividades do turismo e lazer sustentáveis; interação social entre agentes intervenientes no espaço litorâneo de Camaçari; relações sustentáveis para o desenvolvimento local e regional
	econômica	rede de sustentabilidade urbana	conflitos de interesses instalado nas novas relações de poder na sociedade	controle ambiental rigoroso com ordenamento do uso e ocupação do solo, inovação tecnológica, novas relações de poder através do fortalecimento das organizações sociais com seus instrumentos legais de participação.
	social	gestão social do território	aparelhamento das instâncias de participação social; falta de diálogo entre os novos instrumentos e a sociedade; conflito de interesses instalado a partir do tipo de interpretação jurídica dada aos institutos legais de regulação territorial; permissividade no controle ambiental, falta de rigor e carência de fiscalização no ordenamento do uso e da ocupação do solo; dificuldades de compatibilização das leis nos âmbitos: internacional, federal, estadual e municipal	participação popular através dos modernos instrumentos jurídicos tais como os Comitês de Bacias, Conselhos Gestores e Conferências e Fóruns, acordos e pactos negociados, consenso entre agendas dos diversos segmentos envolvidos na gestão territorial; conquista da cidadania
	política	complexidade da regulamentação legal	carência de tecnologias sociais e metodologias participativas para aplicação e interação institucional e social na gestão democrática das cidades. diversidade de agentes interagindo de forma desarticulada e não integrada entre si	relações sustentáveis para o desenvolvimento local e regional, empoderamento e governança local através dos órgãos colegiados com mediação de conflitos e ética das relações na busca de soluções adequadas para um futuro melhor para todos.

**Fonte:** Elaboração própria.

A lógica de produção do espaço em cada processo desses é diferente, ou seja, o turismo sustentável pressupõe ambientes naturais preservados, e a urbanização não prescinde da construção de infra-estrutura e equipamentos de apoio, ocupando o território de forma

intensiva, com impactos negativos no ambiente natural. Esta dicotomia exige tomada de decisão sobre novas estratégias para a sustentabilidade urbana e qualidade de vida das populações, com novo modelo de ocupação territorial na zona costeira do Litoral Norte da Bahia.

A dialógica existente entre os dois processos em curso, no território analisado, configura um *cenário de complexidade territorial com tendências e perspectivas para um novo modelo de cidade litorânea*.

A depender da força exercida por alguns segmentos econômicos que visam o crescimento da renda sem o desenvolvimento social, e a pressão da sociedade civil organizada, para as mudanças de paradigmas, com políticas ambientalmente benéficas e socialmente justas para todos, faz-se indispensável um novo modelo de desenvolvimento, com avanços no planejamento e gestão democrática do território.

Este modelo não prescinde de pactos negociados e consenso de agendas possíveis entre os diversos segmentos que constroem o território.

Uma questão polêmica, na área de lazer do cidadão baiano, é a permissão, pelo poder municipal, da instalação de barracas de praia nas areias das praias. Hoje elas foram transformadas em restaurantes e bares, de tipologia não provisória, com serviços sofisticados, como os existentes em qualquer zona urbana das cidades brasileiras, contrariando a legislação federal sobre o assunto.

Isso acende uma discussão sobre o uso e a privatização dos espaços públicos de lazer, para entretenimento e recreação dos cidadãos, como são, tradicionais e culturalmente, utilizadas as praias do Nordeste Brasileiro.

A urbanização das praias, como espaço aberto de lazer público do cidadão, é conflituosa com os aspectos da proteção dos recursos naturais e a preservação dos atributos estéticos e paisagísticos do meio ambiente natural. Outro fator condicionante é de ordem legal, uma vez que todo o ecossistema litorâneo está compreendido e protegido, pela legislação das APAs e seu zoneamento ecológico econômico, que por si só não conseguem contemplar essa questão.

A ocupação dos espaços litorâneos com os atributos do urbano, acrescidos dos elementos que compõem a sociedade de consumo capitalista, direciona e permite a realização de atividades e empreendimentos de comércio, serviços e lazer não apropriados para um ambiente natural, ou seja, um sítio ecológico a ser preservado para as atuais e futuras gerações.

Como produto importante da pesquisa obteve-se os *indicadores de sustentabilidade urbana*, que indicam a vulnerabilidade social e a segregação espacial encontrada na região. As tipologias habitacionais, como categoria de análise predominante, foram consideradas, resultando nos indicadores do padrão de habitabilidade (Quadro 21).

Este indicador demonstra o padrão da qualidade de vida urbana que se encontra esse lugar. Se por um lado, reflete a exclusão social dos moradores – residentes nos domicílios dos núcleos urbanos, povoados, comunidades tradicionais e remanescentes de matriz africana. Por outro, reflete a auto-segregação territorial, dos grupos privilegiados, na forma de *guetos de luxo* – moradores e veranistas dos condomínios e loteamentos de renda alta e turistas hospedados nos *resorts* e hotéis de luxo.

Considerou-se, para as condições de habitabilidade, além do padrão tipológico predominante – os loteamentos com tamanho do lote e o tipo de moradia ou domicílio nele contidos –, a oferta de bens de cidadania – infra-estrutura, acessibilidade, escolaridade e renda –, e preservação dos ecossistemas – impactos ambientais e restrições legais.

Outros indicadores de sustentabilidade urbana emergem na construção complexa do território como: governança, governabilidade, intensidade da pobreza, diversidade socioterritorial, fortalecimento político das organizações, efetividade dos instrumentos das políticas públicas participativas, acesso a bens de cidadania, densidade populacional e outros, que não foram objeto de aprofundamento no escopo desta tese.

A importância dos Indicadores de Sustentabilidade Urbana é vista como instrumento importante no planejamento e gestão urbana, particularmente, no nível municipal.

A alocação de recursos para o desenvolvimento local / regional deve levar em consideração os menores valores dos indicadores de qualidade de vida urbana e as maiores taxas populacionais. A orientação para o Orçamento Participativo implementado, recentemente nas nossas cidades,

pode se basear nesses indicadores de desigualdades socioespaciais para reverter a condições de exclusão territorial encontradas no território pesquisado.

Os indicadores de satisfação da qualidade de vida urbana são sistematizados por campos temáticos como: habitação, saneamento básico, saúde, educação, transporte, segurança, abastecimento alimentar, assistência social, cultura, esporte, serviços de infra-estrutura, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade e foram identificados no Quadro 45 e baseados nos estudos desenvolvidos por Nahas (2002, p. 334).

Para criar as condições para o desenvolvimento local / regional é necessário enfrentar o desafio de melhorar e/ou aperfeiçoar os indicadores e padrões de sustentabilidade urbana, a partir da construção de um possível espaço de concertação das relações de convivência no território.

Para o contexto do desenvolvimento do litoral do Município de Camaçari, é necessário estabelecer e aprofundar os indicadores de qualidade urbana com critérios culturais, sociais, econômicos, políticos, ambientais e territoriais.

Como parâmetro trabalhado para se estabelecer Indicadores de Qualidade Urbana – IQU – foi definido na pesquisa de ocupação e uso do solo, o padrão de habitabilidade, que mostrou que a sustentabilidade urbana contemporânea é conflitante.

Destaca-se, no entanto, a necessidade de sistematizar outros indicadores de qualidade de vida urbana para a orla do Município de Camaçari, com informações e aprofundamento sobre a temática da complexidade urbana. É oportuno, também, criar um banco de informações georeferenciadas, para ampliar a tomada de decisões dos gestores públicos, dos empreendedores locais e das redes estrangeiras que estão a investir neste lugar.

Alguns indicadores de sustentabilidade urbana são relacionados no Quadro 45.

Se, por um lado, encontram-se nos condomínios residenciais de alto luxo e nos *resorts* – “enclaves devoradores de paisagens naturais e culturais” – os mais modernos equipamentos de conforto da vida moderna, como tecnologias de micro ondas, controle remoto e células fotoelétricas a disposição de hóspedes e veranistas. Por outro lado, os moradores dos loteamentos populares e comunidades tradicionais, necessitam, muitas vezes, usar madeira para

fazer fogo, retiradas das matas remanescentes da Mata Atlântica, na preparação de seus alimentos.

A desigualdade socioeconômica dos habitantes desse lugar é notória e reforçada pela forma segregadora e excludente de apropriação do solo urbano, gerando conflitos de convivência urbana, como desemprego, violência, roubo e *stress*. Essas condições de insustentabilidade urbana são agravadas pela falta de consciência ambiental e sanitária de alguns segmentos sociais e privados.

**Quadro 45:** Indicadores de Sustentabilidade Urbana.

DIMENSÕES	VARIÁVEIS	INDICADORES
AMBIENTAL	Acesso a moradia	Padrões de construções
		Habitabilidade – conforto domiciliar
		Densidade habitacional
	Acesso a infra-estrutura urbana	Domicílios com infra-estrutura urbana básica – água potável, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, telefonia, pavimentação
		Padrão de ocupação do bioma costeiro
	Saúde dos ecossistemas	Indicadores de poluição
Indicadores de preservação ambiental		
SOCIAL	Índices de escolaridade	População com 1º. e 2º. Grau
	Qualidade do ensino	Evasão escolar
	Acesso a bens de cidadania	Mobilidade urbana – transporte público
		Equipamentos sociais
CULTURAL	Diversidade cultural	Manifestações culturais tradicionais e populares
		Equipamentos de esporte e lazer
		Festas e eventos públicos e privados
ECONÔMICA	Acesso ao trabalho	Taxa da população ocupada
		Índice de ocupação formal
JURÍDICA	Acesso à renda	Renda média familiar
		Acesso à assistência jurídica
INSTITUCIONAL	Controle de uso e ocupação do solo	Zoneamento de atividades e empreendimentos
POLÍTICA	Governança	Instrumentos de participação social
		Representatividade das organizações sociais
SEGURANÇA DE SOBREVIVÊNCIA	Governabilidade	Interação das políticas públicas
		Acesso a serviços de saúde
	Garantia de segurança alimentar	Mortalidade neo e pós-neonatal
		Atendimento a crianças desnutridas
		Benefícios da previdência pública
Acesso à previdência pública	Indicadores de violência urbana – ocorrências criminais, atendimento em postos policiais	
Acesso à segurança pública		

**Fonte:** Elaboração própria baseado em Nahas (2002, p.334).

Constata-se, com isso, a fragmentação territorial, a falta de articulação e interação entre os loteamentos e as localidades, a densidade alta dos novos loteamentos de classe média e baixa, a falta de infra-estrutura urbana, a vulnerabilidade social dos habitantes dos núcleos urbanos e o alto padrão de conforto dos loteamentos de alta renda.

Demonstra-se, desse modo, conforme a hipótese 1, a insustentabilidade do modelo em curso na região litorânea do Município. A utopia do paraíso contemporâneo não será mais possível, para esse lugar, caso continue o processo de urbanização acelerada, avançando sobre os ecossistemas, e perdendo sua vocação para moradia, lazer e turismo com qualidade urbano-ambiental.

Não obstante, a configuração desse cenário insustentável, outra constatação se apresenta. A hipótese 2 – construtiva, positiva e sustentável – é possível, e está presente também em ações implementadas por segmentos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região.

A partir de um cenário prospectivo desejável, a situação pode ser revertida, daqui em diante, caso os processos degradadores sejam mitigados e as condições socioeconômicas das populações excluídas sejam minoradas.

Identifica-se, portanto, nos cenários complexos configurados os fatores que provocam a insustentabilidade do atual modelo de ocupação da orla marítima de Camaçari, comprometendo a qualidade de vida da atual e das futuras gerações.

Desse modo, respondem-se as questões iniciais propostas, para este estudo, da complexidade territorial, revelando um cenário complexo de uma nova territorialidade para o Município e sua área de influência imediata o Litoral Norte do Estado da Bahia, com um novo modelo de cidade – um contínuo metropolitano, linear, globalizado, competitivo, compartimentado, plurifuncional, complexo e sustentável.

## 6.5 UM NOVO MODELO DE CIDADE LITORÂNEA: A NOVA TERRITORIALIDADE DA ORLA DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI – LITORAL NORTE DA BAHIA

*A uma escala mundial corresponde uma lógica mundial [...] Cada lugar, porém, é o ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias e do capital e do trabalho [...] se definem e redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está sempre se ampliando e mudando. (SANTOS, 2007, p. 35).*

Na Geografia, trabalha-se com o conceito de região e este diz respeito à ocupação territorial com suas especificidades, aos conflitos existentes, às potencialidades econômicas e sociais, em suma, a tudo que envolve a complexidade das relações humanas rebatidas territorialmente.

O estudo do espaço geográfico é importante para a Geografia do Turismo com seus desdobramentos, porque reflete a permanente discussão sobre o desenvolvimento dos lugares e das regiões, da transformação das paisagens naturais em espaços turísticos atraentes e competitivos no mercado globalizado do turismo mundial.

Aprofundou-se nessa tese a questão da complexidade territorial e o desenvolvimento de espaços de lazer e turismo em zonas litorâneas, como o da orla do Município de Camaçari. Refletiu-se acerca das relações existentes entre a urbanização acelerada, com o avanço do capital imobiliário e turístico sobre os ecossistemas litorâneos nesse lugar, e as possibilidades de atração turística e de lazer da região costeira.

Acredita-se que o desenvolvimento sustentável da região só é possível através do planejamento e da gestão democrática desses ambientes, desde que pactuados socialmente, respeitada a legislação vigente e ainda discutidos e construídos participativamente com todos os segmentos envolvidos na produção desse espaço turístico que é ao mesmo tempo local e global.

A transgressão e os valores civilizatórios implícitos nas formas urbanas contemporâneas, que conformam o espaço de convivência dos cidadãos das cidades atuais é questão importante desenvolvida nessa tese. A identificação dos fatores que provocam a insustentabilidade ou não do atual modelo de ocupação urbana da orla marítima de Camaçari, comprometendo a qualidade de vida urbana da atual e das futuras gerações, é refletida na comprovação das hipóteses.

Com a intenção de contribuir para a melhoria das condições de vida, das nossas regiões, pelo viés da análise espacial, configuraram-se cenários complexos alternativos, com suas tendências e perspectivas para o desenvolvimento local / regional, através do estudo da complexidade territorial do espaço litorâneo do Município de Camaçari.

O modelo em curso é de degradação urbano-ambiental, no qual a ineficiência do planejamento tradicional e a gestão social, não dão conta de propor, até o momento, um modelo de desenvolvimento local e regional solidários com as estratégias e princípios para a sustentabilidade do planeta Terra.

Considera-se importante construir e desenhar cenários favoráveis, assim como continuar atraindo os turistas e veranistas, e expandir a rede de sustentabilidade urbana, com qualidade de vida, necessária a todos - moradores e visitantes -, sem degradar o ambiente natural e construído. É fundamental a constituição de um modelo de urbanização turística para este espaço se desenvolver de forma sustentável, sustentada e incluyente.

A partir do mosaico de cenários alternativos, tem-se um arcabouço complexo para a configuração de um modelo de ocupação espacial, onde se percebe uma nova territorialidade, ou seja, um novo modelo de cidade litorânea – A Nova Cidade da orla de Camaçari. Esse modelo de desenvolvimento leva em conta a qualidade de vida da atual e das futuras gerações, a partir de uma visão complexa e dialógica do ambiente urbano.

O desafio aqui apresentado é investigar a contradição existente entre o tipo de desenvolvimento em curso e o que se deseja para a Região. O processo de urbanização acelerada da orla de Camaçari está instalado de forma inexorável, e as grandes chances, ainda existentes, de desenvolvimento sustentável desse território, se apresentam como viáveis no curto prazo.

A lógica de produção do espaço em cada processo desses é diferente, ou seja, o turismo pressupõe ambientes naturais preservados e a urbanização não prescinde da construção de infra-estrutura e equipamentos, ocupando o território de forma intensiva, com impactos negativos no ambiente natural. Esta dicotomia exige uma tomada de decisão sobre o zoneamento proposto, o uso e ocupação do solo, existente e em andamento, nas zonas

costeiras brasileiras. Esta dialógica entre os dois processos em curso, no território analisado, configura um *cenário tendencial de complexidade territorial*.

Esse fator, por si só, justificaria a pretensão de trabalhar, no sentido de uma contribuição para a permanente discussão da garantia provável, certa ou incerta, de continuidade do paraíso, contemporâneo que pode e deve ser compartilhado por todos.

Os cenários desejáveis e prováveis, configurados para um novo modelo de ocupação territorial sustentável, rebatem-se em estratégias políticas e ações locais implementadas no curto e médio prazo, para a orla do Município de Camaçari e sua área de influência imediata – a RMS e o Litoral Norte do Estado da Bahia.

Estas estratégias prioritárias favoráveis confirmam a hipótese positiva e construtiva de uma nova territorialidade no médio prazo, de um contínuo metropolitano, globalizado, competitivo, compartimentado, plurifuncional, complexo e sustentável, que configuram o litoral do Município, como um novo modelo de cidade.

A partir da avaliação dialógica entre cenários conflitantes – convergentes e divergentes –, emergiram as cinco estratégias desejáveis e prioritárias para o desenvolvimento local / regional do território, quais sejam *um modelo de ocupação territorial sustentável, a sustentabilidade do padrão de qualidade de vida urbana, o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a implementação das políticas públicas participativas*.

Estas estratégias estão relacionadas a um conjunto de diretrizes, que incorporam critérios para a sustentabilidade urbana e melhoria da qualidade de vida das populações dessa região (Quadro 46).

A conclusão de que as duas hipóteses estão em curso no litoral de Camaçari remete-nos a um devir imaginário, não simplificador e de grande complexidade. A técnica de construção de cenários é uma especulação prognóstica prudente sobre o futuro. Para as ciências sociais, assim como na vida, é necessário correr o risco de tentar acertar para estabelecer estratégias com o objetivo de superar problemas, enfrentando os desafios do desenvolvimento sócio-espacial, modificando o quadro atual no melhor para todos.

**Quadro 46:** Diretrizes para a sustentabilidade urbana no litoral do Município de Camaçari.

1. *Instalar um modelo de ocupação territorial na orla que responda as dimensões de sustentabilidade respeitando a complexidade das diversas lógicas existentes e com qualidade de vida urbana aceitável;*
2. *Integrar as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais com vistas a governança local;*
3. *Melhorar os indicadores de sustentabilidade urbana refletidos na elevação do padrão de qualidade de vida urbana com inclusão socioterritorial da população residente;*
4. *Minimizar os impactos negativos da expansão urbana acelerada da RMS sobre os ecossistemas costeiros e marinhos;*
5. *Potencializar os impactos positivos da vocação para moradia, turismo e lazer contemporâneo do espaço litorâneo do Vetor Norte de expansão metropolitana;*
6. *Promover a interação social entre agentes intervenientes na construção do espaço de concertação da região litorânea da RMS;*
7. *Construir uma rede de sustentabilidade urbana como estratégia política de conteúdo sócio-espacial para diminuir a pobreza urbana com resgate da dignidade humana, justiça social e da qualidade de vida urbana.*

**Fonte:** Elaboração própria.

Tem-se, portanto, a certeza de que para construir um modelo de desenvolvimento local sustentável, para a orla de Camaçari, é necessário consolidar os avanços democráticos implícitos nas políticas públicas brasileiras, através do empoderamento da sociedade civil e da ampliação da governança urbana. Desse modo, mudam-se os paradigmas atuais, para os quais a ética das relações insustentáveis transforma-se e dialoga com cenários alternativos construtivos.

O Indicador de Qualidade de Vida Urbana – IQVU – é critério para definir a distribuição espacial de verbas como, por exemplo, o Orçamento Participativo das cidades e recursos para programas nacionais como Bolsa-escola, Bolsa-família, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e outros.

A mensuração da qualidade de vida urbana deve incluir a equidade na distribuição e no acesso a bens de cidadania, da qualidade ambiental e da sustentabilidade do desenvolvimento humano no litoral de Camaçari.

As desigualdades socioespaciais existentes no interior das cidades geram lugares profundamente desiguais em múltiplos aspectos. O mosaico espacial encontrado necessita de políticas públicas que promovam a mitigação destas desigualdades. A importância de configurar esses cenários e os indicadores de sustentabilidade urbana é monitorar a qualidade de vida urbana e atenuar as disparidades socioespaciais intra-urbanas.

A compreensão do turismo como um fenômeno atual da produção capitalista requer demandas espacializadas nos lugares e regiões. O avanço inexorável do capital imobiliário sobre os ecossistemas litorâneos transforma os lugares de veraneio, as antigas aldeias de pescadores e as paisagens litorâneas em mercadoria global revalorizando o território e expondo as contradições das visões conflitantes dos moradores, turistas, empresários, trabalhadores e visitantes.

A partir do diálogo, da pactuação territorial e social entre os setores envolvidos, e da construção dialógica entre cenários complexos e comprometidos com a sustentabilidade urbana será possível desenvolver o turismo como atividade integradora, inclusiva e promotora de bens de cidadania.

O grande desafio que se tem pela frente é o de construir politicamente um modelo de planejamento e gestão urbana com participação e controle social efetivo, que responda ao universo de incertezas e probabilidades no atual contexto da urbanização acelerada dos territórios. Para tanto é necessário motivar os segmentos responsáveis, os técnicos e as pessoas envolvidas na construção do espaço da orla de Camaçari, a encontrar caminhos saudáveis de interlocução, parcerias inovadoras para o desenvolvimento da região e o planejamento do seu território.

Pretendeu-se com esta investigação dar uma contribuição a permanente discussão da aplicabilidade da ciência geográfica, tendo como pressuposto a certeza de que a construção de cenários prováveis positivos, após uma análise da realidade, pode minimizar ou neutralizar os cenários destrutivos no desenvolvimento sustentável das regiões abrindo as portas para um futuro provavelmente melhor para todos.

*...o lugar de sonho é o mundo!*  
(SANTOS, M., 2007).